



CONCURSO DE PESSOAS

9ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Concurso de Pessoas

9ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

Título IV - Concurso de Pessoas

Capítulo I - Disposições Preliminares

Seção I - Disposições Gerais

1. Conceito
2. Outras designações
3. Natureza jurídica e finalidade da norma constante do art. 29, CP
4. Classificação dos crimes quanto ao concurso de pessoas
5. Espécies de concursos de pessoas
6. Formas de concurso de pessoas

Seção II - Requisitos do concurso de pessoas

Subseção I - Pluralidade de pessoas e de condutas

1. Formulação

Subseção II - Relevância causal de cada conduta

1. Formulação
2. Momento da contribuição

Subseção III - Liame (vínculo) subjetivo entre os agentes

1. Outras denominações
2. Formulação
3. A questão do ajuste prévio
4. A questão da exigência de bilateralidade
5. Desvio subjetivo
 - 5.1 Previsão legal
 - 5.2 Formulação
 - 5.3 Classificação doutrinária
 - 5.4 Destinatários da norma
 - 5.5 Excesso no mandato criminal
6. A questão do liame subjetivo nos crimes multitudinários

Subseção IV - Unidade de fato

Seção III - Teorias sobre o concurso de pessoas

1. Teorias
 - 1.1 Teoria unitária

- 1.2 Teoria dualista
- 1.3 Teoria pluralista
- 2. Exceções à teoria monista
 - 2.1 Na parte geral do Código Penal
 - 2.2 Na parte especial do Código Penal
 - 2.2.1 Aborto
 - 2.2.2 Bigamia
 - 2.2.3 Corrupções ativa e passiva
 - 2.2.5 Ingresso de celulares e afins nas unidades prisionais
 - 2.2.6 Falso testemunho
 - 2.3 Na legislação penal especial

Seção IV - Distinção entre autoria e participação

Subseção I - Conceito unitário de autor

Subseção II - Conceito extensivo de autor

- 1. Origem e formulação
- 2. Teoria subjetiva

Subseção III - Conceito restritivo

Tópico I - Teoria objetivo-formal

- 1. Formulação
- 2. Identificação da deficiência da teoria
- 3. Adeptos da teoria

Tópico II - Teoria objetivo-material

- 1. Formulação
- 2. Identificação da deficiência da teoria

Tópico III - Teoria do domínio do fato

- 1. Premissa
- 2. Breve evolução histórica
- 3. Adeptos da teoria
- 4. Formulações de Claus Roxin
 - 4.1 Origem
 - 4.2 Distinção entre autor e partícipe
 - 4.3 Manifestações concretas da ideia de domínio do fato
 - 4.3.1 Domínio da ação
 - 4.3.2 Domínio da vontade
 - 4.3.3 Domínio funcional do fato
 - 4.4 Outros critérios propostos por Roxin
 - 4.4.1 Delitos culposos

4.4.2 Delitos de dever

4.4.3 Delitos de mão própria

5. Formulações de Zaffaroni e Pierangeli

7. A questão do autor intelectual

Tópico IV - Teoria(s) adotada(s) no Brasil

Capítulo II - Autoria

Seção I - Principais espécies (modalidades) de autoria

Subseção I - Autoria imediata

Subseção II - Autoria mediata

1. Hipóteses de autoria mediata

1.1 Erro de tipo provocado por terceiro

1.2 Erro de proibição inevitável provocado por terceiro

1.3 Coação moral irresistível

1.4 Obediência hierárquica à ordem não manifestamente ilegal

1.5 Executor ao amparo de excludente de ilicitude

1.6 Inimputabilidade penal do executor

1.7 Autoria de escritório

2. Situações especiais

2.1 Coação física irresistível

2.2 Crime culposos

2.3 Crime próprio

2.4 Crime de mão própria

3. A questão da capacidade de responsabilidade do executor

Subseção III - Outras classificações

1. Autoria de determinação

2. Autoria por convicção

3. Autoria de reserva

4. Autoria sucessiva

Seção II - Coautoria

1. Definição

2. Classificação doutrinária da coautoria

3. Coautoria sucessiva

4. Coautoria alternativa

Seção III - Autoria colateral

1. Configuração

2. Autoria incerta

3. Autoria ignorada

4. Autoria colateral complementar

4.1 Dupla causalidade concomitante

Capítulo III - Participação

Seção I - Disposições preliminares

1. Esclarecimento terminológico

2. Conceito de participação

Seção II - Formas de participação

Subseção I - Participação moral

1. Considerações iniciais

2. Formas de participação moral

3. Condições para a configuração da participação moral

Subseção II - Participação material

1. Terminologia

2. Configuração da participação material

3. Momento do auxílio

4. Espécies de participação material

5. A questão da figura do mandante

Seção III - Principais espécies (modalidades) de participação

1. Participação sucessiva

2. Participação em cadeia

3. Participação negativa

4. Participação por omissão

5. Participação em ação alheia

Seção IV - Punibilidade da participação

Subseção I - Disposições preliminares

1. Fundamento legal da punibilidade da participação

2. Razão para a punição da participação

Subseção II - Princípio da acessoriedade da participação

1. Formulação das teorias da acessoriedade

2. Teoria adotada no Brasil

Subseção III - Participação de menor importância

1. Dispositivo legal

2. Natureza jurídica

3. Beneficiário

4. Direito subjetivo do partícipe ou faculdade do juiz?

5. Aferição da menor importância da participação

5.1 Teoria dos bens escassos

5.2 Participação inócua

6. Critério de redução da pena

Subseção IV - Participação impunível

Subseção V - Tentativa de participação

Subseção VI - Desistência voluntária e arrependimento eficaz

1. Conceito

2. Natureza jurídica

4. Arrependimento do partícipe

Capítulo IV - Disposições Especiais

Seção I - Comunicabilidade de elementares e circunstâncias

1. Previsão legal

2. Distinção entre elementares e circunstâncias

2.1 Definições

2.2 Critério de distinção

3. Natureza das elementares e circunstâncias

4. Regras sobre a comunicabilidade ou incommunicabilidade

5. A questão do concurso de pessoas no crime de infanticídio

5.1 Contextualização

5.2 Problemática acerca da comunicabilidade

5.3 Autoria ou participação?

5.3.1 Hipóteses

5.3.2 Identificação da modalidade de concorrência

Seção II - Concurso de agentes em crimes culposos

1. Breve contextualização (definição do problema)

2. Cabe concurso de pessoas em crimes culposos?

3. Que modalidade de concurso, coautoria ou participação?

Seção III - Concurso de agentes em crimes próprios e de mão própria

1. Concurso de pessoas em crime próprio

2. Concurso de pessoas em crime de mão própria

Seção IV - Concurso de agentes em crimes omissivos

1. Definições preliminares

2. A questão do [des]cabimento do concurso de pessoas

2.2 Cabe coautoria e participação nos omissivos próprios e impróprios

2.3 Concurso nos crimes omissivos próprios

2.4 Concurso nos crimes omissivos impróprios

Seção V - Agente dissimulado

Subseção I - Agente provocador

Subseção II - Agente infiltrado

Subseção III - Agente disfarçado

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.